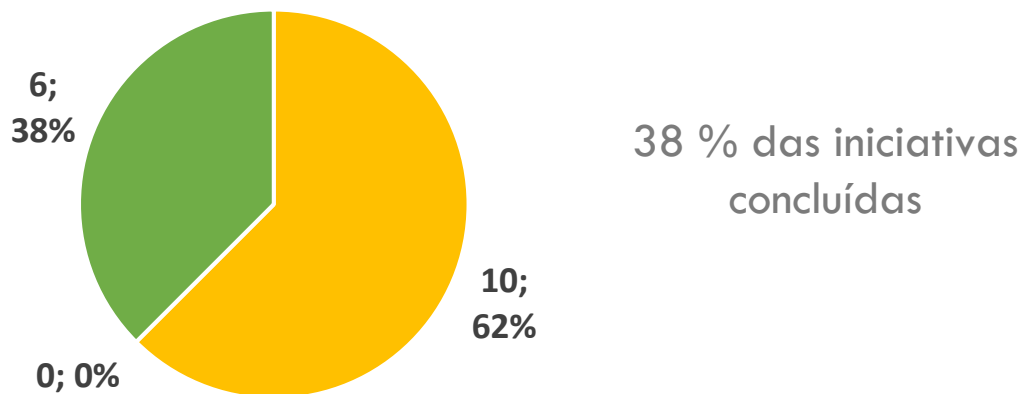




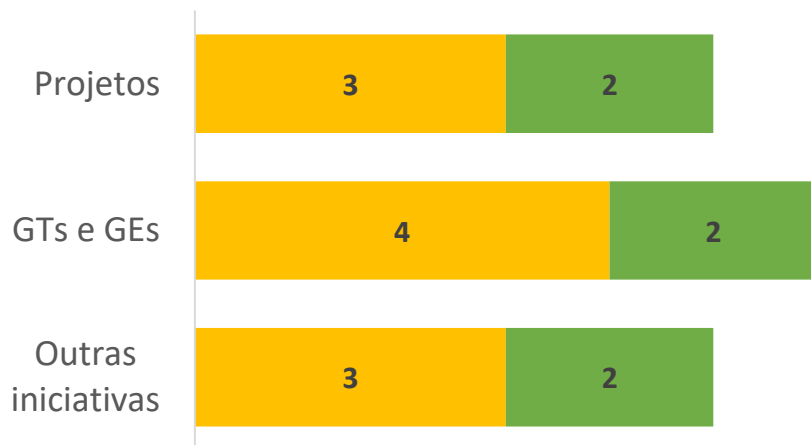
PLANO DE AÇÃO 2022/2023 MONITORAMENTO

Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CODEMAT)

Panorama das iniciativas da Coordenadoria



Situação por tipo de iniciativa



■ Não iniciado ■ Em andamento ■ Suspensão/cancelado ■ Concluído

CODEMAT

Coordenadores(as): Marcia Cristina Kamei Lopez Aliaga/Luciano Lima Leivas

1. Projetos Nacionais/GAETs

1.1 Adequação das Condições de Trabalho nos Frigoríficos	Responsáveis Sandro Eduardo Sardá (Gerente) Lincoln Roberto Nobrega Cordeiro (Vice Gerente) Leomar Daroncho (Gerente Adjunto)	Prazo 12/2023	Em andamento
<p>Objetivo: Proceder à adequação do meio ambiente de trabalho no setor de frigoríficos, dando efetividade aos direitos fundamentais dos trabalhadores e das trabalhadoras, sob as balizas do trabalho decente e do direito fundamental à preservação da saúde e da integridade física e psíquica.</p>			
<p>Monitoramento 1º/2023: (PGEA 20.02.0001.0001219/2017-85)</p> <p>No ano de 2022 o projeto centrou esforços em face de iniciativas regulatórias prejudiciais à proteção da saúde e segurança de trabalhadores em Frigoríficos, consubstanciadas no procedimento de revisão da Norma Regulamentadora 36. Assim, houve o ajuizamento da ACP de nº 20-94.2022.5.10.0008 e da concessão de liminar em Mandado de Segurança, suspendendo o processo de revisão da NR 36 que resultaria na supressão da mais importante medida de proteção da saúde dos trabalhadores em frigoríficos, qual seja, as pausas de recuperação psicofisiológicas previstas na norma em comento. A suspensão beneficiou os mais de 580 mil trabalhadores do setor. Embora a decisão não seja definitiva, foi suficiente para paralisar o procedimento de revisão e, possivelmente, alterar a agenda regulatória do atual MTe, que deve ser redefinido no ano de 2023. Ainda em 2022, houve uma inspeção realizada.</p> <p>Em 2023 foi realizada inspeção em uma das maiores unidades de abate de bovinos do Brasil (JBS de Mozarlândia), onde laboram mais de 2.200 empregados.</p> <p>No mês de abril houve a realização do Seminário "Trabalho digno em frigoríficos – comemoração de 10 anos da Norma Regulamentadora 36", com participação significativa de Procurares e Procuradoras do Trabalho, trabalhadores(as), advogados(as), Juízes(as), Desembargadores(as) e Ministros do TST.</p> <p>Recentemente duas novas frentes de trabalho, não previstas inicialmente no escopo do projeto, mereceram a atenção do grupo: 1) supressão do adicional de insalubridade, sem que as condições e adequações do meio ambiente de trabalho tivessem sido alteradas, o que motivou a realização de audiências com sindicatos profissionais (abril) e empresas do setor (maio), com a expedição de recomendações (Promo 516/2023); 2) potencial epidemia de gripe aviária, a partir da identificação do vírus H5N1 no Estado do Espírito Santo, que desencadeou alerta gerado pelo Ministério da Agricultura. Houve então a expedição de recomendação (Promo 695/2023).</p> <p>Monitoramento 2º/2023:</p>			

O Projeto Nacional “Adequação das Condições de Trabalho nos Frigoríficos” pontua as seguintes atividades e resultados realizados no 2º semestre de 2023:

- Acordo judicial na ACP que suspendeu a revisão da Norma Regulamentadora 36 (ACP de nº 000020.94.2022.5.10.0008);
- Inspeção em frigorífico da JBS em Amaro/SP;
- Reunião com Sindicatos de Trabalhadores da Indústria da Alimentação;
- Realização de audiências de prosseguimento com as empresas BRF S.A., JBS, Seara Alimentos, Marfrig Global Foods e Cooperativa Aurora Alimentos para tratar da supressão do adicional de insalubridade sem a devida adequação do meio ambiente de trabalho;
- Reunião telepresencial com técnicos e especialistas da área para tratar de evento sobre a Qualidade do Ar Interno;
- Reunião com a Codemat, AGU e MTE sobre a Revisão da NR36;
- Reunião do Projeto Frigoríficos, Secretaria de Apoio Legislativo do MPT e gabinete do Dep. Túlio Gadelha sobre PL 2363/2011, que dispõe sobre a alteração do art. 253 da CLT (pausas);
- Expedição de Manifestação Técnica sobre a revisão da NR 36;
- Expedição da Nota Técnica sobre o Projeto de Lei 2363/2011, que altera o art. 253 da CLT;
- Participação presencial do Projeto Frigoríficos no Seminário Nacional das Organizações Sindicais de Trabalhadores da Indústria da Alimentação;
- Realização do Curso “Meio Ambiente do Trabalho: Qualidade do Ar, inclusive frigoríficos”, na ESMPU;
- Reunião com Representantes de Sindicatos dos Trabalhadores do Setor da Carne;
- Participação na qualidade de palestrante do Congresso da Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO) em Florianópolis, cujo tema era sobre a Atuação do MPT na adequação do meio ambiente do trabalho em frigoríficos;
- Análise técnica da proposta apresentada na CTPP sobre a revisão da NR 36.

1.2 Banimento do Amianto no Brasil	Responsáveis Luciano Limas Leivas (Gerente) Bruno Martins Mano Teixeira (Vice Gerente) Daniela Elbert Pais de Melo (Gerente Adjunta)	Prazo 03/2023	Concluído
---	--	-------------------------	------------------

Objetivo: Banimento do amianto e implementação de políticas de vigilância à saúde dos trabalhadores expostos ao amianto.

Monitoramento 1º/2023: (PGEA 20.02.1600.0000594/2019-50)

No ano de 2022 houve a realização do III Seminário Internacional do Amianto, a II Oficina com as lideranças dos movimentos sociais e o SUS, Encontro das Vítimas do Amianto. Além disso, o Projeto prestou auxílio ao Ministério da Saúde na organização de Reunião do Carex – Carcinogen Exposure, sistema que contempla entre outros cancerígenos, que trouxe o médico canadense Dr. Paul Demers, responsável pela implementação da iniciativa naquele país. No final do ano de 2022, houve a participação nos debates envolvendo o Carex Amianto do Ministério da Saúde, onde houve a troca de experiências e sugestões, também com participação do especialista canadense e de pesquisadora da IARC.

Ainda no ano de 2022 o Projeto participou da elaboração e do lançamento do Plano para Estruturação da Rede de Ações e Serviços de Saúde para Atenção Integral à Saúde da População Exposta ao Amianto do Ministério da Saúde (Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de>

conteudo/publicacoes/svsa/intoxicacao/plano-para-estruturacao-da-rede-de-aco-es-e-servicos-de-saude-para-atencao-integral-a-saude-da-populacao-exposta-ao-amianto).

No ano de 2023 estão programadas as medidas para ultimar as atividades do GEAF constituído para auxiliar o conjunto de Inquéritos existentes do Estado da Bahia, onde já houve a realização de Força-Tarefa.

O projeto também se integrou às ações previstas no Plano de Estruturação do Ministério da Saúde, sob a condução de nova equipe, tendo participado de reunião com a nova coordenação nacional.

Monitoramento 2º/2023:

O Projeto Nacional “Banimento do Amianto no Brasil” pontua as seguintes atividades e resultados realizados no 2º semestre de 2023:

- No dia 28 de julho, foi realizada em São Caetano/SP, a oficina sobre exposição ao amianto para capacitação de vítimas, expostos e familiares em aspectos sociais;

- Reunião em 31 de julho sobre o Datamianto. Na ocasião, foi realizada a entrega do sistema criado com recursos de acordo judicial do MPT para o Ministério da Saúde;

- Em 24 de agosto, foi proferida decisão na ATOrd n. 0100560-37.2022.5.01.0062 pelo Juiz do Trabalho Edson Dias de Souza da 62ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro deferindo a tutela antecipada (anteriormente negada) para custeio do plano de saúde de trabalhador da Eternit acometido com placas pleurais. A reversão ocorreu após a intervenção do MPT-RJ por meio do Programa Nacional de Banimento do Amianto – PNBA;

- No dia 9 de setembro, foi realizada em Washington D.C., EUA, a 18ª Conferência Internacional de Conscientização e Prevenção do Amianto. O evento ocorreu na sede da AFL-CIO, uma das maiores federações sindicais daquele país. O evento contou com a participação da Codemat por meio da procuradora do MPT na Bahia e atual coordenadora nacional da Conap, Séfora Char, que falou sobre o trabalho que está sendo desenvolvido pelo GEAF Amianto-Bahia;

- No dia 20 de setembro, o procurador do Trabalho do MPT-PE, Leonardo Osório, representou a Codemat e o projeto nacional de Banimento do Amianto na oficina de capacitação de vítimas e familiares de vítimas do amianto, realizada em Recife em parceria MPT / APEA;

- No dia 28 de setembro, a procuradora regional do Trabalho, Márcia Kamei, representando o projeto nacional da Codemat de Banimento do Amianto, participou de nova rodada de negociação de possível acordo com a empresa Eternit S.A. no Tribunal Superior do Trabalho;

- A procuradora regional do Trabalho, Márcia Kamei, participou da apresentação do projeto pro-pulmão no município de Poções, na Bahia, no evento sobre Vigilância em Saúde dos Expostos ao Amianto da Macrorregião do Sudoeste Baiano - Avicafé e Abrea;

- No dia 27 de novembro, a procuradora regional do Trabalho, Márcia Kamei, e a procuradora do Trabalho, Daniela Elbert, participaram de seminário sobre os riscos do uso do amianto (PL 3684/2023),

promovido pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados;

- No dia 28 de novembro, a Coordenadora Nacional da Codemat, Cirlene Luiza Zimmermann, participou da mesa de abertura da Oficina promovida pela Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - ABREA, em parceria com o Programa de Banimento do Amianto da Codemat/MPT, representado pela

procuradora regional do Trabalho, Márcia Kamei, e pelas procuradoras do Trabalho, Aline Brasil e Daniela Elbert. A oficina ocorreu na sede da PGT em Brasília;

- Ações do GEAF Bahia (IC 000102.2018.05.000/7; IC 000401.2022.05.000/2; IC 002388.2018.05.000/4, Ajuizamento de ACP em face da DOW (PAJ 002538.2017.05.000/5); ajuizamento ACP em face de Novelis do Brasil Ltda (ACPCiv 0000683-93.2023.5.05.0122);

- Atuação em face do transporte e movimentação da fibra de amianto – da mina até à exportação: Reunião virtual com o Procurador do Trabalho Eliaquim Queiroz da PTM de Uberlândia, Secretaria de Transporte de MG. Procuradoria do Estado de MG. Aguarda retorno das propostas encaminhadas pelo MPT;

- Regulamentação dos procedimentos de desamiantização: acompanhamento de PL apresentado na ALERJ; acompanhamento das atividades desenvolvidas pela FUNDACENTRO/SC; acompanhamento do PL 3684/2023 (Formulário de acompanhamento apresentado à SAL) e participação em audiência pública no Rio de Janeiro.

1.3 Combate ao Câncer Relacionado ao Trabalho	Responsáveis Bruno Martins Mano Teixeira (Gerente) André Magalhães Pessoa (Vice Gerente)	Prazo 09/2023	Em andamento
--	---	-------------------------	---------------------

Objetivo: Promover ações de prevenção do câncer relacionado ao trabalho e fomentar o aprimoramento dos sistemas de notificação, registro e vigilância à saúde de trabalhadores expostos a agentes cancerígenos.

Monitoramento 1º/2023: (PGEA 20.02.1202.0000021/2021-48)

No ano de 2022 os gerentes do projeto acompanharam o desenvolvimento do Projeto Carex Brasil, do Ministério da Saúde. sistema internacional de informação sobre exposições ocupacionais a agentes cancerígenos, que sistematiza informações sobre a prevalência das principais exposições cancerígenas em ambientes de trabalho, levando em conta estatísticas populacionais censitárias e registros administrativos das populações de trabalhadoras e suas inserções no processo produtivo. A primeira fase do projeto abrangerá informações sobre exposições ocupacionais a agentes cancerígenos amianto, sílica, agrotóxico, benzeno, radiações ionizantes e não-ionizantes. Houve a realização de uma oficina no mês de maio e um seminário internacional no mês de novembro, ambos com participação do MPT. O projeto também acompanhou o lançamento do Atlas do Câncer Relacionado ao Trabalho do Ministério da Saúde e participou de reuniões com o Hospital do Amor sobre o desenvolvimento Questionário Simplificado de Rastreamento de Câncer Ocupacional (QSR) como ferramenta para a identificação de neoplasias relacionadas ao trabalho. Em setembro de 2022 houve a realização do Webinário “câncer relacionado ao trabalho: perspectivas e desafios para a vigilância em saúde” (PA-PROMO 000185.2019.05.001/8 – 60), em parceria com o INCA e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (DIVAST-CESAT), tendo como público-alvo Técnicos da Rede de Oncologia (Unacon, Cacon e Laboratórios) do Estado da Bahia, Técnicos dos Núcleos Hospitalares de Epidemiologia, Técnicos, gestores e coordenadores dos CERESTs, Núcleos Regionais de Saúde e Bases Regionais de Saúde, da DIVEP, da DIVAST/CESAT, Técnicos de Referência em Saúde do Trabalhador das Secretarias Municipais de Saúde e técnicos e gestores das equipes de Atenção Básica. Atividades de capacitação da rede profissionais do SUS foram realizadas pelo INCA, em parceria com o MPT, no Estado do Amapá e do Paraná.

Desde o mês de outubro de 2022 os gerentes do projeto participam de turma piloto do curso de atualização do curso "Câncer relacionado ao trabalho e ambiente" (modalidade EAD, organizada pelo Núcleo de Educação à Distância - NEAD/INCA), na qualidade de avaliadores, com a finalidade de aferir a adequação do curso e sugerir eventuais aprimoramentos. O curso segue em andamento e deve ser concluído no primeiro semestre de 2023.

Em março 2023 ocorreu o I Seminário em Vigilância e Prevenção do Câncer relacionado ao Trabalho na Sede do Ministério Público do Trabalho em Cuiabá (MPT-MT), cujo objetivo foi fortalecer as ações de proteção da saúde do trabalhador e discutir os fatores de risco ocupacionais relacionados ao câncer, tendo como público-alvo profissionais e gestores (as) da saúde e do controle social, operadores (as) do direito, docentes, pesquisadores (as) e estudantes.

Também em março foram realizadas reuniões entre os Gerentes, INCA, CERESTs e outras unidades da área de saúde em Santa Catarina-SC, para definições acerca de Oficina sobre Câncer Relacionado ao Trabalho no referido Estado a realizar-se no segundo semestre de 2023.

Fase final de elaboração do manual de atuação pela Gerência do Projeto, que deve ser disponibilizado no segundo semestre de 2023.

Monitoramento 2º/2023:

O Projeto Nacional "Combate ao Câncer Relacionado ao Trabalho" pontua as seguintes atividades e resultados realizados no 2º semestre de 2023:

-Elaboração do Manual de Atuação, a ser disponibilizada para aperfeiçoamento da atuação funcional da atividade finalística do MPT (está em fase final de diagramação pela Secom/PGT);

- Nos dias 4 e 5 de outubro, foi realizada em Florianópolis/SC, a "Capacitação para Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho", com especialistas do Instituto Nacional de Câncer e participação do gerente do projeto, Bruno Teixeira. Participaram das atividades mais de cem profissionais dos CERESTs, dos núcleos hospitalares de epidemiologia, das vigilâncias (epidemiológica, sanitária, saúde do trabalhador e ambiental), de saúde ocupacional, da atenção primária à saúde, das unidades de tratamento do câncer, dos hospitais de alta complexidade para câncer, do programa de atenção e vigilância do câncer do estado e/ou municípios e dos cursos da área de saúde das universidades (disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/oficina-prepara-profissionais-para-identificar-o-cancer-relacionado-ao-trabalho>);

- Participação dos gerentes do Projeto no Programa Trabalho Legal sobre o "Dia Nacional de Combate ao Câncer" (disponível em: <https://youtu.be/XWuVNFpzhYo?si=MhNqZcJr75KJyica>);

- Participação no evento do projeto Carex (sistema internacional de informação sobre exposições ocupacionais a agentes cancerígenos) em prosseguimento do Seminário Internacional Carex-Brasil;

- O Instituto Nacional de Câncer (INCA) inaugurou o novo Laboratório de Toxicologia Ocupacional, Ambiental e Vigilância do Câncer (LabTox). Toda a estrutura do laboratório foi custeada por meio de destinação de valores oriundos de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPT por descumprimento da legislação trabalhista (nº 0100263-41.2021.5.01.0005). A reversão foi articulada pela Codemat (disponível em: <https://www.prt1.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-rj/2059-inca-inaugura-novo-laboratorio-custeado-com-destinacao-do-mpt-rj>).

1.4 Promoção da Regularidade das Notificações de Acidentes de Trabalho	Responsáveis Cirlene Luiza Zimmermann (Gerente) Priscila Dibi Schvarcz (Vice Gerente)	Prazo 12/2023	Concluído
<p>Objetivo: Incrementar a notificação de acidentes e agravos à saúde no sistema previdenciário e no SINAN e, por consequência, reduzir a subnotificação de acidentes e agravos à saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras. Maior integração entre o MPT e as entidades, integrantes ou parceiras do SUS e na Previdência, vocacionadas para a criação, operacionalização e controle das políticas de proteção e promoção da saúde do trabalhador e da trabalhadora.</p>			
<p>Monitoramento 1º/2023: (PGEA 20.02.0001.0009092/2021-29) No primeiro ano do projeto, foram instaurados 121 inquéritos civis em face das empresas identificadas como as maiores subnotificadoras de adoecimentos e acidentes relacionados ao trabalho; expedidas 873 recomendações; realizadas 21 audiências públicas ou coletivas com os SESMTs das empresas nos diversos estados da Federação envolvidos no projeto, em especial, durante a Campanha Abril Verde; assinados 4 TACs em prol de mais de 10.000 trabalhadores, com previsão de R\$ 218.000,00 em indenizações por danos morais coletivos; realizadas 72 audiências administrativas; e realizada uma capacitação para membros e membras sobre extração e análise de dados.</p> <p>A ACP ajuizada pela PRT23 obteve decisão liminar favorável aos pleitos da Codemat, reforçando a tese defendida pelo GAET (notícia disponível em: https://www.prt23.mpt.mp.br/1947-mpt-obtem-liminar-em-face-de-empresa-por-quadro-generalizado-de-subnotificacao-de-acidentes-e-doencas-do-trabalho).</p> <p>Estão em curso tratativas com o Ministério da Previdência para aprimorar a aplicação do nexó técnico epidemiológico previdenciário (NTEP).</p> <p>Em 2023, foi realizada uma segunda capacitação para assessores(as) de gabinetes e peritos(as) e publicado o Manual de Atuação do Projeto.</p> <p>Todos os materiais de apoio encontram-se disponíveis na intranet (https://intranet.mpt.mp.br/pgt/coordenadorias-nacionais/codemat/gaet/regularidade).</p> <p>Também foi publicada uma revista MPT em Quadrinhos com a temática "O trabalhador não é invisível: por que notificar doenças e acidentes relacionados ao trabalho?" com o objetivo de difundir os objetivos do projeto de maneira lúdica e linguagem acessível (disponível em: http://mptemquadrinhos.com.br/edicoes/o-trabalhador-nao-e-invisivel/).</p> <p>Apesar de não ser possível aferir a relação direta da atuação do MPT com o aumento das notificações no SINAN, esse aumento foi bastante substancial: de 319.187 notificações em 2021 passou-se para 392.575 notificações em 2022 (Fonte: Observatório de SST - https://smartlabbr.org/sst/localidade/0?dimensao=frequenciaSinan).</p>			
<p>Monitoramento 2º/2023: O Projeto “Promoção da Regularidade das Notificações de Acidentes de Trabalho” pontua as seguintes atividades e resultados realizados no ano de 2023, com ênfase no 2º semestre:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Expedidas 1.142 recomendações (819 no 1º semestre e 323 no 2º semestre) para as empresas realizarem as notificações de CAT e SINAN; -Realizadas 38 audiências ou reuniões coletivas com as maiores empresas de cada Estado em número de empregados ou as que possuam maiores índices de subnotificação; 			

- Realizadas 153 audiências administrativas com empresas investigadas;
- Firmados 17 TACs e ajuizadas 11 ACPs;
- Autuadas 112 NFs em face das empresas com maiores índices de subnotificação de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho;
- Aprovação da Orientação 31 da Codemat sobre o tema objeto do projeto. Disponível em: https://intranet.mpt.mp.br/pgt/coordenadoriasnacionais/codemat/orientacoes/orientacoes-dacodemat_compilacao_maior2023.pdf;
- Realização da campanha Abril Verde em todos os Estados, conforme Boletim Informativo especial disponível em: <https://intranet.mpt.mp.br/pgt/coordenadoriasnacionais/codemat/boletinsinformativos/boletim-especial-abrilverde-2023.pdf>;
- Habilitação do projeto no Prêmio CNMP 2023. Disponível em: <https://bancodeprojetos.cnmp.mp.br/Detalle?idProjeto=3655>;
- Reunião Temática do Projeto com analistas periciais de Medicina do Trabalho do MPT;
- Nos dias 04, 05 e 06 de julho, foi realizado na ESMPU o curso "Combate à subnotificação de acidentes e doenças relacionados ao trabalho com base em dados" que formou 26 procuradoras e procuradores do Trabalho oriundos de 21 unidades regionais do MPT;
- Em 07 de julho, a procuradora do Trabalho Priscila Dibi Schvarcz representou o Projeto em reunião promovida pela CGSAT do Ministério da Saúde, a pedido da Confederação Nacional da Indústria – CNI, com objetivo de melhor compreender a finalidade das notificações de agravos à saúde dos trabalhadores no âmbito do SINAN;
- Em 1º de agosto, foi realizada reunião temática do Projeto Nacional de Regularização das Notificações de Acidentes de Trabalho (CAT e SINAN) do GAET/Codemat destinada a analistas periciais em Medicina do Trabalho do MPT;
- Reunião com o secretário executivo do Ministério da Previdência, Wolney Queiroz, para tratar da aplicação do nexo técnico epidemiológico pela perícia e combate à subnotificação de acidentes e doenças relacionados ao trabalho;
- Reunião com a Secretaria de Saúde Digital do Ministério da Saúde para tratar de ações concretas que poderão ser realizadas para incrementar as notificações de agravos à saúde do trabalhador, aproximando-as da realidade, e fortalecer as instâncias de saúde do trabalhador como um todo;
- O coordenador regional da Codemat da Paraíba, Raulino Maracajá Coutinho Filho, apresentou o projeto GAET Codemat Regularidade das Notificações de Acidentes e Doenças do Trabalho em curso presencial promovido pelo Programa Trabalho Seguro do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba;
- A coordenadora nacional da Codemat, Cirlene Luiza Zimmermann, e a vice-gerente do projeto Regularidade das Notificações de Acidentes do Trabalho, Priscila Dibi, participaram do Fórum do Programa Trabalho Seguro do TST, realizado em parceria com a Associação Nacional de Medicina do Trabalho – ANAMT, em Porto Alegre/RS;
- A coordenadora nacional da Codemat, Cirlene Luiza Zimmermann, apresentou o painel "Responsabilização civil trabalhista com base no NTEP e combate à subnotificação" no XXXIV Encontro de Magistrados(as) do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC);
- No dia 6 de dezembro, a Codemat se reuniu com o Conselho Federal de Medicina - CFM - para tratar do acesso do MPT a dados de prontuários de saúde de trabalhadores;
- No dia 13 de dezembro, no encerramento do Seminário do Programa Trabalho Seguro realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho de Sergipe, o procurador-chefe do MPT Sergipe e coordenador regional da Codemat, Márcio Amazonas, falou sobre o papel da sociedade no enfrentamento à subnotificação dos acidentes do trabalho.

1.5 Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS

Responsáveis

Ileana Neiva Mousinho (Gerente)

Prazo

05/2024

Em andamento

Márcia Cristina Kamei López Aliaga (Gerente)		
Ronaldo Lima dos Santos (Gerente)		
Jeferson Pereira (Vice Gerente)		
Luciano Lima Veigas (Vice Gerente)		
Mariana Casagrande (Vice Gerente)		

Objetivo: Fortalecer as instâncias do SUS que atuam na Saúde do Trabalhador, bem como das diferentes instâncias de controle social no tema de modo a trazer benefícios para a saúde e segurança do trabalhador.

Monitoramento 1º/2023: (PGEA 20.02.0001.0005680/2021-03)

No ano de 2022 a atuação dos GAETs teve como alvo a sensibilização dos municípios “silenciosos”, quais sejam, os que não apresentaram no ano anterior nenhuma notificação de acidente ou agravo relacionado ao trabalho. Segundo levantamento do Ministério da Saúde, 1.099 municípios encontravam-se nessa condição de silenciosos. Desses, 1023 municípios foram chamados nas 42 audiências públicas/coletiva as realizadas pelos GAETs em execução do projeto. Houve a expedição de 496 recomendações, cujo cumprimento vem sendo acompanhado.

Ainda no ano de 2022 foram realizados diversos movimentos de aproximação das instâncias administrativas/políticas do SUS no âmbito nacional, com a apresentação do projeto ao então Secretário de Vigilância em Saúde (SVS), ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e ao Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS). Também houve a participação em eventos de relevância nacional para a Saúde do Trabalhador, com representação do MPT no 2ª Simpósio Brasileiro de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (SIMBRASSTT), evento paralelo ao 13ª Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (ABRASCÃO), realizado pela ABRASCO. Houve a participação da Gerente do Projeto em ambos os eventos, sendo que nesse último, apresentou dois painéis. Também houve a participação no RENASTÃO, evento que marcou os 20 anos da RENAST e os 10 anos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, ocasião em que o MPT foi homenageado pela atuação institucional em prol da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

No ano de 2023 os GAETs seguem os trabalhos com os municípios silenciosos, realizando audiências e reuniões públicas por ocasião do Abril Verde. Também no Abril Verde representantes dos GAETs Regionais participaram de eventos realizados pela Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde (Procuradora Karol Teixeira) e do Conselho Nacional de Saúde (Procurador Bruno Choary). Também houve a participação na organização da Conferência Livre, realizada pela Fundacentro, etapa preparatória para a Conferência de Saúde do Conselho Nacional de Saúde. Para o segundo semestre está prevista a realização de Curso de Direito Sanitário.

Monitoramento 2º/2023:

O Projeto “Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS” pontua as seguintes atividades e resultados realizados no ano de 2023, com ênfase no 2º semestre:

- Reuniões técnicas realizadas com 926 municípios e/ou unidades de saúde considerados silenciosos ou que não atingiram as metas de notificação estabelecidas pelo Ministério da Saúde em 2022;

- 1008 recomendações expedidas para os municípios silenciosos ou que não atingiram as metas de notificação estabelecidas pelo Ministério da Saúde ou com os menores índices de notificação no SINAN no ano anterior para realizar as notificações no SINAN;
- Participação na Conferência Livre Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, ocorrida em 24/05/2023;
- A gerente do projeto Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS, Márcia Kamei, participou, a convite do Ministério da Saúde, do Webinário “Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - Morreu na contramão e NÃO atrapalhou o tráfego: a invisibilidade do trabalho nos acidentes de trânsito no Brasil”;
- A Coordenadoria da Codemat se reuniu com a Coordenadora-Geral de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CGSAT) do Ministério do Trabalho, Luciene Aguiar, e com o assessor técnico da CGSAT do Ministério da Saúde, Roque Veiga, para discutir acerca de novas diretrizes para a continuidade do Projeto Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS;
- A partir de subsídios apresentados pela Codemat, o PGR apresentou parecer no Recurso Extraordinário com Agravo n. 1.427.051/SP, defendendo a atribuição dos CERESTs para exercer a competência material de atuar na seara do meio ambiente do trabalho e da saúde do trabalhador;
- No dia 15 de setembro, a Codemat nacional, representada pela coordenadora e vice-coordenadora, Cirlene Zimmermann e Juliane Mombelli, respectivamente, e pela gerente do projeto Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS, Márcia Kamei, reuniu-se com o CEREST de Guarulhos/SP, na presença da Coordenadora-Geral de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério da Saúde, Luciene Aguiar, e da coordenadora do CEREST do Estado de São Paulo, Simone Santos, para conhecer o fluxo de trabalho estabelecido pelo CEREST de Guarulhos com o SAMU, que promove a efetiva atuação em saúde do trabalhador, com vistas a disseminar a prática por meio do projeto no próximo biênio;
- O coordenador regional da Codemat do MPT-SP, Patrick Maia Merísio, participou, no dia 13 de setembro, do I Seminário em Saúde do Trabalhador da Baixada Santista. No evento, organizado pelo CEREST de Santos, o procurador falou sobre prevenção, investigação, notificação de acidentes de trabalho e catástrofes;
- No dia 14 de setembro, a coordenadora nacional da Codemat, Cirlene Zimmermann, palestrou na Expo Proteção em São Paulo sobre “O fortalecimento da saúde do trabalhador por meio do combate à subnotificação”;
- A procuradora Regional do Trabalho e gerente do projeto Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS, Márcia Kamei López Aliaga, participou do 2º Equinócio em Saúde do Trabalhador promovido pelo Governo do Amapá nos dias 20 a 22 de setembro. O evento teve como objetivo fortalecer a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador dentro dos padrões do Sistema Único de Saúde (SUS). Na ocasião, a procuradora Márcia apresentou os projetos dos GAETs da Codemat;
- No dia 10 de outubro, a subprocuradora-geral do Trabalho, Ileana Neiva, participou do 3º Seminário de Vigilância em Saúde do Trabalhador do Rio Grande do Norte;
- Realização do curso Direito à Saúde do Trabalhador, promovido pela Codemat em parceria com a Setef/PGT. A playlist completa do curso está disponível em: https://youtube.com/playlist?list=PLR857Pk-DoEyteQdw4gfvaumQBAPvei6&si=ysGjv_zQSsONwt1h;

- No dia 22 de novembro, a coordenadora nacional da Codemat, Cirlene Luiza Zimmermann, participou da abertura do 20º Congresso Nacional da Associação Nacional de Medicina do Trabalho – ANAMT; e no dia 23 de novembro ministrou a palestra "Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS" no auditório principal do evento realizado em Porto Alegre/RS, com a participação de cerca de 1.500 médicos e médicas do Trabalho de todo o país;

- No dia 28 de novembro, a coordenadora nacional da Codemat, Cirlene Luiza Zimmermann, participou do 11º Encontro da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora -Renastão - promovido pela Coordenadoria Geral de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - CGSAT do Ministério da Saúde para falar do tema "Atuação do Ministério Público do Trabalho nas emergências em saúde pública e outras situações de acompanhamento";

- A atuação do projeto em 2023 contribuiu com a redução no número de municípios silenciosos em 40,7% em relação a 2022. Em comparação a 2021, a redução foi de mais de 55%. Os municípios silenciosos chegaram a 491 em 2023 contra 828 registrados no ano anterior e 1099 em 2021. Os dados estão presentes em relatório da Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde disponível em: <https://intranet.mpt.mp.br/pgt/coordenadorias-nacionais/codemat/gaet/fortalecimento/relatorio-municipios-silenciosos-em-saude-do-trabalhador-em-2023.pdf>.

2. Grupos de Trabalho/Grupos de Estudos

2.1 GT Agrotóxicos	Responsáveis Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva (Coordenador)	Prazo 03/2024	Em andamento
<p>Objetivo: Atuar de forma concentrada sobre a indústria química fabricante e/ou empreendedores relevantes do setor econômico, que utilizam agrotóxicos em âmbito nacional de modo a conferir unidade e efetividade de tratamento ao problema.</p>			
<p>Monitoramento 1º/2023: (PGEA 20.02.0001.0006569/2022-53) No início de 2023 houve a estruturação do grupo de trabalho, sendo enfatizados dois campos de atuação, que foram divididos entre dois Sub-Grupos: 1) Judicialização: que estuda meios judiciais para o banimento de algumas substâncias e na necessidade de articular a construção de vigilância à saúde dos trabalhadores expostos a agrotóxicos; 2) Manual de atuação: grupo se dedicará à elaboração de manual de atuação. No que concerne ao grupo de judicialização, já houve reunião para estudo do primeiro esboço. Após os debates, as alterações serão consolidadas e nova reunião está agendada. Quanto ao manual, será debatido em nova reunião.</p>			
<p>Monitoramento 2º/2023: O Grupo de Trabalho “Agrotóxicos” pontua as seguintes atividades e resultados realizados no 2º semestre de 2023:</p>			

- O MPT em Mato Grosso participou, no dia 9 de agosto, do Ciclo de Palestras Especial do Mês da Advocacia. O procurador do Trabalho Bruno Choairy, coordenador regional da Codemat e integrante do GT Agrotóxicos da Codemat, apresentou uma análise do meio ambiente de trabalho pela perspectiva da exposição ocupacional a agrotóxicos, com foco na prevenção e na reparação, a partir do Direito, dos danos causados;
- No dia 19 de setembro, foi autuada a NF 002263.2023.10.000/7 na PRT10, distribuída para a procuradora do Trabalho Carolina Mercante, a pedido do GT Agrotóxicos (PGEA 20.02.0001.0008121/2023-50) solicitando o ajuizamento de ACP em face da União e da ANVISA, visando à obtenção de determinação judicial para que a União cancele o registro e iniba a autorização para a produção, exportação, importação, comercialização e utilização de agrotóxicos com o ingrediente ativo atrazina. Foi distribuída a ACP nº 0001126-60.2023.5.10.0007, na 7ª Vara do Trabalho de Brasília - DF. Mais informações disponíveis em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/mpt-processa-uniaopara-cancelar-registro-de-agrotoxicos-com-atrazina>;
- No dia 11 de outubro, o subprocurador-geral do Trabalho e coordenador do GT Agrotóxicos da Codemat, Pedro Serafim, palestrou sobre a atuação do grupo de trabalho na reunião da Comissão do Meio Ambiente do Grupo Nacional de Direitos Humanos (COPEMA - GNDH);
- O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso sediou, no dia 16 de outubro, reunião do Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. A iniciativa foi conduzida e coordenada pelo procurador do Trabalho e coordenador da Codemat no MPT-MT, Bruno Choairy Cunha de Lima;
- Presença do Coordenador do GT Agrotóxicos do MPT em audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Senado sobre os impactos dos agrotóxicos em povos do Cerrado e na audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos do Senado sobre o tema “Pulverização Aérea por agrotóxicos e as violações de direitos humanos à saúde, alimentação e meio ambiente”.

2.2 GT Apoio às Gestantes e Lactantes	Responsável Leonardo Osório de Mendonça (Coordenador)	Prazo 11/2023	Em andamento
<p>Objetivo: Continuar com ações de Plano de Ação já elaborado e apresentado no Ministério Público do Trabalho no dia 28 de maio de 2019, e na Comissão de Trabalho e Administração Pública da Câmara dos Deputados, no dia 03 de julho de 2019, para a "Proteção do Trabalho da Gestante e Lactante".</p>			
<p>Monitoramento 1º/2023: (PGEA 20.02.0600.0001475/2019-90) Elaboração de estudo e manifesto para a ratificação da Convenção n. 183 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à Revisão da Convenção (Revista) Sobre a Proteção da Maternidade, pelo Brasil. O documento foi encaminhado para a Procuradoria Geral do Trabalho para providências; No dia 27 de abril de 2023, o GT realizou reunião com a participação de entidades parceiras para tratar sobre o tema, oportunidade em que estiveram presentes representantes do Tribunal Superior do Trabalho, Ministério do Trabalho e Previdência, Rede de Humanização pelo Parto, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Federal de Medicina, Associação Nacional de Medicina do Trabalho, dentre outros. No dia 31 de maio a Procuradora do Trabalho Fernanda Barbosa e o Procurador do Trabalho Leonardo Mendonça participaram de audiência pública na Comissão da Mulher na Câmara dos Deputados e que foi realizada para tratar dos direitos das gestantes e lactantes.)</p>			

Monitoramento 2º/2023:

O Grupo de Trabalho “Apoio às Gestantes e Lactantes” pontua as seguintes atividades e resultados realizados no 2º semestre de 2023:

- No Dia da Gestante (15 de agosto), o Grupo de Trabalho de Proteção às Trabalhadoras Gestantes e Lactantes da Codemat/MPT promoveu um evento para ressaltar o direito das gestantes e lactantes. A ocasião foi marcada pela inauguração da Sala de Amamentação no prédio da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT);
- No dia 16 de agosto, o coordenador do GT Gestantes, Leonardo Osório, promoveu ação de distribuição das revistas MPT em Quadrinhos das Gestantes e da Vacinação durante a Marcha das Margaridas em Brasília;
- Ao longo do mês de agosto, conhecido como o mês do aleitamento materno, o MPT em Campinas articulou junto aos Departamentos Regionais de Saúde (DRS) do interior de São Paulo a realização de ações informativas sobre vacinação e direitos das gestantes;
- O GT Gestantes e Lactantes elaborou estudos sobre os Projetos de Lei que envolvem o tema Gestantes na Câmara dos Deputados. O estudo foi encaminhado à Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) da PGT em 22 de setembro para análise e posterior deliberação sobre estratégia de atuação;
- A implementação de ações voltadas para melhoria das condições de trabalho das trabalhadoras gestantes e lactantes foi tema de reunião, realizada no dia 11 de outubro, pelo Grupo de Trabalho da Codemat. Participaram do encontro, realizado de maneira telepresencial, além de membras e membros do MPT, representantes de entidades externas como o Conselho Federal de Medicina (CFM), Ministério da Saúde e Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (ReHuNa);
- Realização de campanha conjunta com a Confederação Brasileira de Futebol para sensibilizar a sociedade sobre a importância da igualdade de gênero no meio ambiente de trabalho.

2.3 GT Nanotecnologia	Responsáveis Patrick Maia Merísio (Coordenador)	Prazo 11/2023	Em andamento
Objetivo: Definir vertentes e prioridades para a atuação do MPT face aos desafios apresentados pela Nanotecnologia e outras tecnologias disruptivas com ela convergentes, em relação à esfera laboral e promover articulações com a Academia, organizações da Sociedade Civil, e outros órgãos públicos, assim como celebrar convênios e realizar eventos para discussão, regulação, regulamentação, incentivo ou desincentivo a práticas na área de Nanotecnologia e outras tecnologias disruptivas, em conformidade com os valores defendidos pelo MPT, com a Sustentabilidade, e em harmonia com os itens anteriores.			
Monitoramento 1º/2023: (PGEA 20.02.1201.0000059/2020-10) No ano de 2022 destaca-se a participação do GT NANO na missão no Reino Unido em parceria com o MCTI. Também nesse ano, houve participação em curso de formação do CNPEM sobre Nanotecnologia e Regulação. Impactos na saúde do trabalhador.			

No primeiro semestre de 2023 houve a estruturação técnica de atividade sobre nanotecnologia com pesquisadores do NANO AM, sobre nanosseguurança, repercussões no meio ambiente do trabalho e saúde do trabalhador. Também realizada a estruturação técnica do curso sobre Tecnologia, Inovação, Novos Direitos, Inteligência Artificial, Realidade Virtual e Metaverso: aplicações do Direito Ambiental do Trabalho. Destaca-se a participação no processo legislativo do PL 880.2019 no Senado Federal sobre Nanotecnologia, bem como no programa de certificação nacional de nanotecnologia (CNPq e MCTI, Financiamento) com a devida inclusão da saúde e segurança do trabalho no processo de certificação, com entrega de Nota Técnica elaborada pelo GT Nano, com apoio da Secretaria de Assuntos Legislativos. No período, também houve a realização de evento para disseminação, no âmbito do MPT, do conhecimento produzido pelo GT no âmbito do SISNANO (laboratórios de nanotecnologia de todo o país e da rede Nanossaúde. Finalizada, ainda, a estruturação técnica do Manual de Atuação em Nanotecnologia do MPT, com a organização e consultoria técnica e professor e pesquisador da UFF e INMETRO. Tanto os cursos como o Manual que foram estruturados nesse semestre têm previsão para lançamento no final do segundo semestre de 2023.

Monitoramento 2º/2023:

O Grupo de Trabalho “Nanotecnologia” pontua as seguintes atividades e resultados realizados no 2º semestre de 2023:

- Elaboração técnica do manual GT Nanotecnologia concluída (diagramação do Manual finalizada em março de 2024, com lançamento oficial previsto para o 1º semestre);
- No dia 31 de agosto, o gerente do GT Nanotecnologia, Patrick Maia Merísio, e a Secretária Adjunta de Relações Institucionais da PGT, Vanessa Fucina, reuniram-se com o Secretário Executivo do Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação - MCTI, Marcelino Granja de Menezes, com o diretor do departamento dos Programas de Inovação, Osório Coelho Guimarães Neto, e com o coordenador de Inovação em Tecnologias Convergentes e Habilitadoras, Felipe Bellucci. Durante a reunião, decidiu-se sobre a necessidade de aprofundar as ações em nanotecnologia e materiais avançados;
- Capacitação “Os Impactos da Tecnologia no Meio Ambiente de Trabalho” organizada pelo GT Nanotecnologia em parceria com a Secretaria de Treinamento e Formação – SETEF/PGT. ocorreu nos dias 11, 18, 25 e 31 de outubro. O curso foi oferecido aos analistas e assessores(as) processuais e membros(as) do MPT. Os materiais do curso estão disponíveis em: <https://intranet.mpt.mp.br/pgt/coordenadorias-nacionais/codemat/materiais-de-palestras-e-cursos/cursos>.

2.4 GT Polo Gesseiro do Araripe	Responsáveis Rogério Sitônio Wanderley (Coordenador)	Prazo 11/2023	Em andamento
Objetivo: Atuar em toda a cadeia produtiva da atividade econômica da produção de gesso, por meio de forças-tarefas na região do Araripe/PE e fiscalizar as empresas da localidade quanto às normas de saúde e segurança do trabalho.			
Monitoramento 1º/2023: (PGEA 20.02.0600.0002002/2017-29)			
No ano de 2022 foi realizada Força-tarefa entre os dias 17 e 21 de outubro, sendo inspecionadas 86 empresas. Nos anos em referência (2022/2023), foram ajuizadas 130 ações civis públicas e de cumprimento na Vara do Trabalho de Araripina.			
Quanto à atividade promocional, especialmente à implementação das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Local, foi lançado, em 06/04/2022, com a participação do MPT, o Projeto Eficiência Produtiva do Gesso, desenvolvido pelo Governo do Estado de Pernambuco, Sebrae e Sindugesso. Em 19/05/2022, houve participação do presidente do GT, como palestrante, de audiência pública no Congresso Nacional, em Brasília, convocada pelo Deputado Túlio Gadelha,			

para divulgação do GT e busca de recursos para implementação de políticas públicas para o setor gesseiro. Em 25/05/2022, foi realizado o Seminário Indústrias do Araripe, promovido pelo SESI, SENAI, SEBRAE, FIEPE e Univasf, com participação do presidente do GT como palestrante. Ainda, em 14/09/2022, foi realizada audiência pública no município de Trindade, em parceria com o Cerest, a fim de fortalecer as ações preventivas de saúde no setor e combater a subnotificação das doenças e acidentes de trabalho no polo de gesseiro.

Nova Força-Tarefa será realizada no primeiro semestre de 2023.

Monitoramento 2º/2023:

O Grupo de Trabalho “Polo Gesseiro do Araripe” pontua as seguintes atividades e resultados realizados no 2º semestre de 2023:

- Realização de Força-tarefa para fiscalização de 79 empresas que resultou no ajuizamento de mais de 70 ações civis públicas;
- Participação da gerência do GT em 80 audiências judiciais realizadas na Vara do Trabalho de Araripina;
- Realização de reunião com a Dra. Renata Ocea, da PTM de Imperatriz, com vistas a expandir o GT para o polo gesseiro de Grajaú no Maranhão. Após a reunião, foram identificados os procedimentos e ações em curso na PTM e está sendo organizado um mapeamento das empresas (alvos) para fiscalização em 2024;
- Publicada a versão digital do MPT em Quadrinhos do Gesso. Disponível em: <https://mptemquadrinhos.com.br/edicoes/gesseiros-neve-no-sertao-do-araripe/>;
- Reunião com a Organização Internacional do Trabalho para tratar dos próximos passos para implementação das ações do Plano de Desenvolvimento Local;
- Reunião com o Sindugesso e o Sebrae/PE para buscar parceria para implementação das ações do PDL e articulação com o setor público.

2.5 GE Perícias	Responsáveis Cirlene Luiza Zimmermann (Coordenadora)	Prazo 06/2023	Concluído
<p>Objetivo: Promover o estudo das portarias, fluxos de trabalho e boas práticas adotados em cada regional e elaboração de proposta de fluxo de atuação padronizado dos setores periciais de MAT/SST e de checklists de requisições e outros modelos que se façam necessários, uma vez que os setores periciais do MPT atuam de forma distinta e independente em cada regional, havendo discrepâncias significativas nos fluxos dos trabalhos periciais e nos prazos de inspeção e análise pericial com a consequente apresentação dos laudos.</p>			
<p>Monitoramento 1º/2023: (PGEA 20.02.0001.0014654/2022-08)</p> <p>O Grupo de Estudo “Perícias” foi implementado com prazo de duração de 180 dias com a finalidade de promover estudo das portarias vigentes que disciplinam o fluxo de trabalho envolvendo as atividades periciais nas Procuradorias regionais, elaborando sugestões e evidenciando boas práticas já adotadas. Também tem o intuito de elaborar propostas que contribuam para a melhoria dos fluxos de trabalho, além de elaborar sugestões de check-list dos assuntos mais recorrentes, compartilhar modelos de requisição.</p> <p>Nesse intuito, foram expedidos ofícios às Coordenadorias Regionais da CODEMAT, solicitando respostas a questionário para levantamento de dados que contribuirão para o estudo. No ano de 2023, a fim de dar celeridade às atividades do GE, houve a divisão dos trabalhos em três sub-grupos: 1) elaboração de proposta de portaria criando instância técnico-administrativa de referência para os setores periciais; 2) elaboração de check-lists; 3) elaboração de “templates” de relatórios/análises periciais.</p>			

Monitoramento 2º/2023:

O Grupo de Estudo “Perícias” foi concluído em 30/06/2023, e pontua as seguintes atividades e resultados realizados no seu período em atividade:

- Realização de diagnósticos das divisões de perícias das regionais;
- Apresentação de minuta de portaria de criação da Secretaria Nacional de Perícias;
- Apresentação de propostas para otimização das atividades periciais;
- Apresentação de check-list para subsidiar a requisição de documentos nas investigações conforme temário;
- Apresentação de modelos-base para os pareceres técnicos;
- Disponibilização de todo o material produzido em: <https://intranet.mpt.mp.br/pgt/coordenadorias-nacionais/codemat/grupos-de-estudo/concluidos>.

2.6 GE Riscos Psicossociais e Saúde Mental

Responsáveis

Patrick Maia Merisio (Coordenador)

Prazo

06/2023

Concluído

Objetivo: Estudar os riscos psicossociais e as suas repercussões na saúde do trabalhador e da trabalhadora, em especial na saúde mental e analisar as alterações promovidas pela Lei nº 14.457/2022 quanto às atribuições da CIPA e responsabilidades das empresas, sobretudo a inclusão de temas referentes à prevenção e ao combate ao assédio sexual e a outras formas de violência nas atividades e nas práticas da CIPA.

Monitoramento 1º/2023: (PGEA 20.02.0001.0000118/2023-15)

O Grupo de Estudo “Riscos Psicossociais e Saúde Mental” foi implementado com prazo de duração de 180 dias com o propósito de realizar estudo dos riscos psicossociais e das suas repercussões na saúde do trabalhador e da trabalhadora, em especial na saúde mental. Dentre os estudos, também está em curso análise das alterações promovidas pela Lei n. 14.457/2022 quanto às atribuições da CIPA e das responsabilidades das empresas, sobretudo a inclusão de temas referentes à prevenção e ao combate ao assédio sexual e a outras formas de violência nas atividades e nas práticas da CIPA, cujo objetivo será o de concluir acerca de pretensos efeitos dessa nova função na preservação da saúde mental dos trabalhadores e das trabalhadoras, priorizando a integração do direito ambiental do trabalho com o direito antidiscriminatório de forma que a CIPA priorize a proteção da saúde mental da mulher vítima da violência e assédio, na forma da Convenção 190 da OIT e da Lei 14.457/2022.

Monitoramento 2º/2023:

O Grupo de Estudo “Riscos Psicossociais e Saúde Mental” foi concluído em junho de 2023, e pontua as seguintes atividades e resultados realizados no seu período em atividade:

- Documento escrito com análise do conceito e paradigmas de riscos psicossociais e suas repercussões na saúde mental de trabalhadores e trabalhadoras;
- Possibilidades de atuação do MPT;
- Análise especial das alterações promovidas pela Lei n. 14.457/2022 quanto às atribuições da CIPA e responsabilidades empresariais, sobretudo a inclusão de temas referentes à prevenção e ao combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no mundo do trabalho, com objetivo de concluir acerca de pretensos

efeitos dessa nova função na preservação da saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras, com a devida integração do Direito Ambiental do Trabalho e o Direito Antidiscriminatório;

- Elaboração de minuta de Nota Técnica conjunta com a Coordigualdade sobre a CIPA Assédio.

Aprovada em reuniões colegiadas das respectivas Coordenadorias e disponível em: https://intranet.mpt.mp.br/pgt/coordenadorias-nacionais/codemat/material-de-apoio/pareceres-e-notas-tecnicas/nota-tecnica_codemat-coordigualdade_cipa-assedio_versao-final_assinada.pdf.

3. Outras iniciativas

3.1 Negociações para Termo de Cooperação Técnica com a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Reuniões com a Vice-Presidência da entidade. Fase de elaboração do Plano de Trabalho	Responsáveis	Prazo	Em andamento
--	--------------	-------	--------------

Objetivo:

Monitoramento 1º/2023:

Em abril de 2023 foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre o MPT, por intermédio da CODEMAT, com a FIOCRUZ, para o desenvolvimento de ações, estudos e projetos conjuntos na consecução de seus respectivos objetivos institucionais, notadamente:

- Estudos, pesquisas, cursos e oficinas sobre vigilância em saúde e saúde do trabalhador e outros temas relacionados à saúde e à segurança no meio ambiente do trabalho, meio ambiente geral e da sustentabilidade da instituição, que possam atender às demandas relacionadas a esses temas em âmbito nacional e voltando-se aos problemas característicos dos territórios;
- Pesquisas, cursos e oficinas sobre instrumentos de prevenção em todos os níveis, vigilância em saúde e promoção da saúde do trabalhador e da trabalhadora e outros temas afins ao meio ambiente do trabalho, meio ambiente geral e sustentabilidade que possam atender as demandas relacionadas a esses temas em âmbito nacional e voltando-se aos problemas característicos dos territórios;
- Capacitação de docentes e pesquisadores, de estudantes de graduação e pós-graduação na área de vigilância em saúde e saúde do trabalhador e da trabalhadora e outros temas relacionados à saúde e à segurança no meio ambiente do trabalho e meio ambiente geral que possam atender às demandas relacionadas a esses temas em âmbito nacional e voltando-se aos problemas característicos dos territórios;
- Produção conjunta de documentação especializada e de publicação técnico científica na área de vigilância em saúde e saúde do trabalhador e da trabalhadora e outros temas relacionados à saúde e à segurança no meio ambiente do trabalho, meio ambiente geral e sustentabilidade que possam atender às demandas relacionadas a esses temas em âmbito nacional e voltando-se aos problemas característicos dos territórios;
- Compartilhamento do acervo bibliográfico, em especial aquelas obras que versam sobre meio ambiente geral e sustentabilidade em geral e institucional.

O Termo de Cooperação tem como gestores o Dr. Guilherme Franco Netto (Fiocruz) e a Procuradora Regional do Trabalho Márcia Kamei López Aliaga.

Monitoramento 2º/2023:

Destaca-se as seguintes atividades e resultados realizados no 2º semestre de 2023 diante do TCT com a Fiocruz:

- Realização de reunião estratégica e elaboração de Nota Técnica Orientativa pela FIOCRUZ contendo Recomendações para a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) nas questões relativas à Saúde e Segurança no Trabalho em decorrência das queimadas e incêndios florestais, e consequente exposição humana à fumaça, no Estado do Amazonas (disponível em: https://intranet.mpt.mp.br/pgt/coordenadorias-nacionais/codemat/material-de-apoio/pareceres-e-notas-tecnicas/nota-tecnica-orientativa_exposicao-a-calor-e-fumaca_emergencia-amazonas_2023_fiocruz.pdf);
- Participação de professores da Fiocruz no Curso de Direito à Saúde do Trabalhador realizado pela Codemat via Setef/PGT. Aulas disponíveis em: https://youtube.com/playlist?list=PLR-857PkDoEyteQdw4gfvaumQBApvei6&si=ysGjv_zQSsONwt1h;
- Acompanhamento do projeto de pesquisa da condição pós-Covid-19;
- Auxílio da Fiocruz na elaboração da proposta de seminário a ser realizado via ESMPU em 2024 sobre os Impactos das Mudanças Climáticas na Saúde e na Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora;
- Participação da Fiocruz no evento de 20 anos da Codemat;
- Apoio de pesquisador da Fiocruz na elaboração da revista MPT em Quadrinhos nº 69: “Pacto Pela Vacinação”, disponível em: <https://mptemquadrinhos.com.br/edicoes/pacto-pela-vacinacao/>.

3.2 GEAF criado pela Portaria PGT n. 414/2012 com alterações pela Portaria PGT n. 628/2022, para despessoalização da atuação do MPT nas ACPs 0000080-85.2022.5.08.0117 (2ª VT de Marabá-PA), ajuizada contra a Vale S.A. e Salobo Metais S.A., e 0000184-50.2022.5.08.0126 (2ª VT de Parauapebas-PA), proposta contra a empresa Vale S.A. Acompanhamento de tentativas de conciliação na Corregedoria-Geral do TST, em 06.04.2022, nos autos da Co-Par n. 1000217-35.2022.5.00.0000, interposta na tramitação da ACP 0000184-50.2022.5.08.0126, e reuniões em diversas datas com Desembargadores Federais do Trabalho para tratar do objeto do Mandado de Segurança n. 0000196-54.2022.5.08.000. Nos autos das ACPs, acompanhamento das tentativas de conciliação nas respectivas Varas do Trabalho, com avanço de forma parcial em ambas.

Responsáveis

Prazo

Em andamento

Objetivo:

Monitoramento 1º/2023:

Ajuizamento das ACPS em março/2022. Liminares concedidas. Reuniões administrativas com integrantes do GEAF para definição de estratégias: 29/3/2022, 25/10/2022, 13/3/2023. Reunião extrajudicial com advogados da Vale para discussão dos termos dos acordos: 24/8/2022, 2/12/2022. Audiências judiciais

realizadas na VT de Parauapebas: 29/6/2022, 21/09/2022, 22/11/2022, 14/12/2022 (por vídeo) e 7/2/2023 e 9/2/2023 (por vídeo). Audiências judiciais realizadas na VT de Marabá: 12/04/2022, 24/06/2022, 5/7/2022, 20/9/2022, 7/12/2022 (por vídeo) e 8/2/2023.

Atos processuais como manifestações/réplicas sobre documentos e informações prestadas pelas demandadas, bem como mandados de segurança e recursos foram registrados nos respectivos PAJs.

Reunião na Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho para tentativa de acordo na ACP 184/22: 6/4/2022

Posteriormente foram firmados acordos relativos às obrigações de fazer, não fazer e pagar foram firmados e consolidados ao longo das audiências judiciais. Íntegra dos acordos constam dos PAJs.

No que concerne ao cumprimento das obrigações de fazer e de não fazer, no ano de 2023 houve inspeção judicial para verificação do cumprimento do acordo na Barragem Mirim: 9/2/2023 (relatório no PAJ). Inspeções para verificação do cumprimento das obrigações de fazer e não fazer estão agendadas para os dias 21 e 22 de junho de 2023 e serão acompanhadas pelos integrantes do GEAF.

Monitoramento 2º/2023:

- Inspeções para verificação do cumprimento das obrigações de fazer e não fazer realizadas nos dias 21 e 22 de junho de 2023. Notícia sobre a inspeção veiculada em: <https://prt8.mpt.mp.br/procuradorias/ptm-maraba/1189-mpt-e-justica-fiscalizam-acordos-que-retiram-mais-de-2-mil-trabalhadores-de-areas-de-risco-de-barragens-emcarajas-pa>.

3.3 GEAF criado pela Portaria 34/2022 para atuar no acompanhamento de medidas judiciais e administrativas relacionadas a tramitação de proposta de revisão da NR 36. Ajuizada ACP 000020-94.2022.5.10.0008. Não obtida a liminar requerida, impetrado o MS 000022-88.2022.5.10.0000, com concessão de liminar e paralisação do processo de revisão da NR-36 pelo MTP. Acompanhamento dos processos judiciais.

Responsáveis

Prazo

Concluído

Objetivo:

Monitoramento 1º/2023:

Foi proferida sentença na ACP 00002094.2022.5.10.0008, extinguindo o feito por reconhecer a incompetência da Justiça do Trabalho. Houve a interposição de Recurso Ordinário. A Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão das NR's do MPT buscou contato com a Advocacia Geral da União e o Tem.

Foi ajustado entre as partes que seria requerida a suspensão dos processos e remessa dos autos ao CEJUSC de 2º Grau, o que foi formulado em petição conjunta dirigida à d. Relatora do processo, Des. Elaine Vasconcelos.

Quanto ao MS 000022-88.2022.5.10.0000, houve a extinção do processo por perda do objeto.

A petição inicial do MS 000022-88.2022.5.10.0000 foi inscrita no Prêmio Evaristo de Moraes 2023 da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho, sagrando-se um dos vencedores, obtendo a 3ª colocação.

Monitoramento 2º/2023:

GEAF criado pela Portaria 34/2022 (PGEA nº 20.02.1000.0000057/2022-66)

GEAF solicitou o encerramento das suas atividades em 26/7/2023, diante do acordo homologado entre o MPT e a União, que restringiu as hipóteses de revisão da NR-36 e fixou parâmetros de observância no tocante à oitiva dos povos originários.

Acompanhamento do cumprimento do acordo está ocorrendo pelo promotor natural, com apoio da Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão das NRs.

3.4 GEAF criado pela Portaria nº 1266/2020, com alterações promovidas pela Portaria 160/2021. Acompanha a ACP 0000768-86.2020.5.14.0008, onde se requer seja decretada a nulidade de portaria que criou a nova NR3, que cuida de embargos e interdições. Diante da negativa da liminar, foi ajuizado o MS 937-97.2020.5.0000, sem concessão da segurança. Na ACP foi reconhecida a incompetência da JT. Interposto RO, foi mantida a decisão de primeiro grau. Apresentados ED, também negados. Aguarda remessa para elaboração de RR.

Responsáveis

Prazo

Concluído

Objetivo:

Monitoramento 1º/2023:

O Recurso de Revista foi interposto, sendo negado o seguimento.

Assim, houve a interposição de Agravo de Instrumento, distribuído para a 8ª Turma do TST. Aguarda julgamento.

Monitoramento 2º/2023:

GEAF criado pela Portaria nº 1266/2020 (PGEA 20.02.1400.0000656/2020-15) Não foram realizadas atividades pelo GEAF no 2º semestre de 2023, visto que foi encerrado em 13.02.2023.

3.5 GEAF criado para atuação específica em face da empresa PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA., nos autos dos ICs 004877.2021.02.000/2 e 005899.2020.02.000/2. Realização de reuniões envolvendo o MP do Estado de SP e o MPF em SP. Estratégias traçadas em conjunto com a SPAI. Requisição de documentos à empresa e à Receita Federal. Oitiva de mais de 40 testemunhas. Novas diligências serão empreendidas.

Responsáveis

Prazo

Em andamento

Objetivo: *investigar a empresa Prevent Senior em questões levantadas pela CPI da Covid-19 que tramitou no Senado Federal, especialmente em questões relacionadas ao meio ambiente de trabalho, vigilância epidemiológica da saúde dos trabalhadores no período de crise pandêmica e assédio moral reportado no relatório final dos trabalhos da comissão.*

Monitoramento 1º/2023:

Houve a proposição de Termo de Ajustamento de Conduta, para a qual não houve anuência da empresa. Novas diligências foram planejadas a fim de ultimar as providências necessárias para o ajuizamento da ACP em conjunto com o MPF e MPE/SP. Aguarda-se a análise dos dados encaminhados pela Receita Federal, Secretaria de Saúde do estado de São Paulo e dados requisitados à empresa, a qual está sendo realizada pela SPAI.

Monitoramento 2º/2023:

GEAF criado para atuação específica em face da empresa PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA (PGEA 20.02.0200.0001672/2021-86) - Realizada inspeção conjunta do MPT com o Ministério do Trabalho para obtenção de dados quanto à frequência e jornada dos trabalhadores na empresa PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA;

- Ação civil pública ajuizada em face da PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA perante a Justiça do Trabalho, em litisconsórcio com o Ministério Público Federal e com o Ministério Público Estadual.

